

Boa Vista Serviços S.A.

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3 |
| Balanco patrimonial | 6 |
| Demonstrações de resultados | 7 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes | 8 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 9 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 11 |



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Boa Vista Serviços S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Boa Vista Serviços S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Boa Vista Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

BOA VISTA SERVICOS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$)

| <u>ATIVO</u> | Nota <u>explicativa</u> | <u>31.12.2018</u> | <u>31.12.2017</u> | <u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u> | Nota <u>explicativa</u> | <u>31.12.2018</u> | <u>31.12.2017</u> |
|------------------------------------|----------------------------|-------------------|-------------------|--|----------------------------|-------------------|-------------------|
| CIRCULANTE | | | | CIRCULANTE | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 118.085 | 52.085 | Fornecedores | 7 | 39.394 | 54.194 |
| Contas a receber | 4 | 95.789 | 87.966 | Empréstimos e financiamentos | 8 | 42.271 | 40.222 |
| Insumos para prestação de serviços | | - | 468 | Debêntures | 9 | - | 52.780 |
| Partes relacionadas | 11 | - | 543 | Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais | 10 | 25.274 | 24.006 |
| Despesas antecipadas | | 6.446 | 12.629 | Impostos a recolher | | 6.357 | 4.217 |
| Impostos a recuperar | | 2.403 | 736 | Partes relacionadas | 11 | 1.720 | 2.412 |
| Tributos diferidos | 15 | 7.869 | 4.590 | Adiantamentos de clientes | 12 | 15.742 | 3.929 |
| Outros ativos | | <u>1.988</u> | <u>2.007</u> | Dividendos | 14.d) | 11.184 | 311 |
| Total do ativo circulante | | 232.580 | 161.024 | Tributos diferidos | 15 | 2.184 | 1.789 |
| | | | | Outras contas a pagar | | <u>3.198</u> | <u>3.505</u> |
| NÃO CIRCULANTE | | | | Total do passivo circulante | | 147.324 | 187.365 |
| Impostos a recuperar | | 740 | 732 | | | | |
| Partes relacionadas | | - | - | NÃO CIRCULANTE | | | |
| Depósitos judiciais | | 5.554 | 3.025 | Debêntures | 9 | 186.786 | 93.244 |
| Tributos diferidos | 15 | 22.494 | 31.136 | Empréstimos e financiamentos | 8 | 33.265 | 50.563 |
| Imobilizado | 5 | 12.002 | 12.083 | Provisão para contingências | 13 | 20.208 | 15.616 |
| Intangível | 6 | 497.224 | 486.360 | Tributos diferidos | 15 | 1.210 | 2.629 |
| Outros ativos | | - | <u>250</u> | Outras contas a pagar | | <u>1</u> | <u>1</u> |
| Total do ativo não circulante | | 538.014 | 533.586 | Total do passivo não circulante | | 241.470 | 162.053 |
| | | | | | | | |
| | | | | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| | | | | Capital social | 14.a) | 202.129 | 202.129 |
| | | | | Reservas de capital | 14.b) | 140.126 | 139.737 |
| | | | | Reservas de lucros - legal | 14.c) | 4.749 | 2.394 |
| | | | | Retenção de lucros | 14.c) | <u>34.796</u> | <u>932</u> |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | 381.800 | 345.192 |
| | | | | | | | |
| TOTAL DO ATIVO | | <u>770.594</u> | <u>694.610</u> | TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | <u>770.594</u> | <u>694.610</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOA VISTA SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

| | Nota <u>explicativa</u> | <u>31.12.2018</u> | <u>31.12.2017</u> |
|---|----------------------------|-------------------|-------------------|
| RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS | 16 | 600.786 | 589.425 |
| CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS | 17 | (351.678) | (372.223) |
| LUCRO BRUTO | | <u>249.108</u> | <u>217.202</u> |
| DESPESAS OPERACIONAIS | | | |
| Com vendas | 17 | (60.175) | (75.813) |
| Gerais e administrativas | 17 | (94.634) | (82.612) |
| LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | <u>94.299</u> | <u>58.777</u> |
| RESULTADO FINANCEIRO | | | |
| Receitas financeiras | 18 | 4.320 | 1.700 |
| Despesas financeiras | 18 | (30.365) | (34.285) |
| | | (26.045) | (32.585) |
| LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | <u>68.254</u> | <u>26.192</u> |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes e Diferidos | 15.b) | (21.162) | (9.004) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | <u>47.092</u> | <u>17.188</u> |
| LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$ | | 378,14 | 138,02 |
| LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$ | | 363,13 | 132,54 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOA VISTA SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

| | <u>31.12.2018</u> | <u>31.12.2017</u> |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 47.092 | 17.188 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | <u>47.092</u> | <u>17.188</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOA VISTA SERVICOS S.A.DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

| | Nota explicativa | Capital social | Reservas de capital | | | Reservas de lucros | | | Total |
|--|------------------|----------------|---------------------|--|----------------------------------|--------------------|--------------------|-------------------|----------|
| | | | Bônus de subscrição | Ágio e valor justo de combinação de negócios | Plano de opção com base em ações | Reserva legal | Retenção de lucros | Lucros acumulados | |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 | | 202.129 | 1 | 136.330 | 3.300 | 2.329 | - | (18.164) | 325.925 |
| Plano de opção com base em ações | 22 | - | - | - | 106 | - | - | - | 106 |
| Ajustes de exercícios anteriores | | - | - | - | - | - | - | 2.284 | 2.284 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | - | 17.188 | 17.188 |
| Destinação do lucro: | | | | | | | | | |
| Reserva legal | 14.c) | - | - | - | - | 65 | - | (65) | (0) |
| Dividendo mínimo obrigatório | 14.d) | - | - | - | - | - | - | (311) | (311) |
| Retenção de lucros | 14.c) | - | - | - | - | - | 932 | (932) | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 | | 202.129 | 1 | 136.330 | 3.406 | 2.394 | 932 | - | 345.192 |
| Plano de opção com base em ações | 22 | - | - | - | 390 | - | - | - | 390 |
| Cancelamento do bônus de subscrição | | - | (1) | - | - | - | - | - | (1) |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | - | 47.092 | 47.092 |
| Destinação do lucro: | | | | | | | | | |
| Reserva legal | 14.c) | - | - | - | - | 2.355 | - | (2.355) | - |
| Proposta dividendos (mínimo obrigatório) | 14.d) | - | - | - | - | - | - | (10.873) | (10.873) |
| Proposta de retenção de lucros | 14.c) | - | - | - | - | - | 33.864 | (33.864) | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 | | 202.129 | - | 136.330 | 3.796 | 4.749 | 34.796 | - | 381.800 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOA VISTA SERVICOS S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)**

| | Nota explicativa | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---------------------|------------------|------------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 68.254 | 26.192 |
| Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais: | | | |
| Depreciação e amortização | 17 | 140.258 | 130.439 |
| Despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos | | 23.852 | 20.619 |
| Custos sobre empréstimos e debêntures apropriados | | 3.668 | 1.480 |
| Redução ao valor recuperável do contas a receber | 4 | (172) | 83 |
| Provisões para perdas cíveis, trabalhistas e fiscais | 13 | 10.931 | 6.805 |
| Baixa do ativo imobilizado e intangível | | - | 12.452 |
| Plano de opções em ações | | 390 | 107 |
| Programa de participação nos resultados - PPR | | 11.688 | 11.499 |
| Outros ajustes de reconciliação do caixa | | (1.797) | (1.831) |
| Variação nos ativos operacionais: | | | |
| Contas a receber | | (8.150) | 4.550 |
| Estoques | | 468 | 52 |
| Partes relacionadas | | 544 | 429 |
| Despesas antecipadas | | 6.183 | (2.564) |
| Impostos a recuperar | | (1.674) | 1.648 |
| Outros ativos | | (2.260) | (2.458) |
| Variação nos passivos operacionais: | | | |
| Fornecedores | | (14.800) | (16.084) |
| Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais | | (10.420) | (5.351) |
| Impostos a recolher | | (12.424) | (9.892) |
| Partes relacionadas | | (692) | 222 |
| Adiantamento de Clientes | | 11.814 | (4.631) |
| Outras contas a pagar | | (307) | 128 |
| Provisão para perdas cíveis (pagamentos) | 13 | (6.339) | (4.455) |
| Caixa gerado pelas atividades operacionais | | <u>219.013</u> | <u>169.441</u> |
| Juros pagos | | (31.552) | (29.782) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | <u>(2.259)</u> | <u>(1.913)</u> |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | <u>185.202</u> | <u>137.746</u> |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Aquisições de intangíveis e imobilizado | 5 e 6 | (148.746) | (157.560) |
| Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento | | <u>(148.746)</u> | <u>(157.560)</u> |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures | 8 e 9 | 230.626 | 82.478 |
| Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures | 8 e 9 | (201.082) | (20.570) |
| Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento | | <u>29.544</u> | <u>61.907</u> |
| AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | <u>66.000</u> | <u>42.092</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 3 | 52.085 | 9.993 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 3 | 118.085 | 52.085 |
| AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | <u>66.000</u> | <u>42.092</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais- R\$)

1 Contexto operacional

A Boa Vista Serviços S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Tamboré, 267 - 11º a 15º andares, cidade de Barueri. Foi fundada em 4 de março de 2010 e iniciou suas operações em 1º de novembro de 2010, com o propósito de negócios e atividades de: (a) prestação de serviços em geral para suporte à atividade creditícia e de proteção ao crédito, incluindo consultoria, desenvolvimento de sistemas e projetos e elaboração e venda de pesquisas; (b) desenvolvimento e exploração comercial de soluções de meios de pagamento em geral, incluindo a mercadologia, o comportamento de consumidores ou quaisquer outras soluções comerciais originadas do banco de dados, do “know-how” e da capacidade de distribuição, bem como quaisquer produtos, serviços e soluções oferecidos por concorrentes da Sociedade; (c) cessão, desenvolvimento, licença, sublicença e distribuição de direito de uso de software; (d) elaboração de programas de computador; (e) suporte técnico em informática, incluindo instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados; (f) processamento de dados; (g) assessoria e consultoria em informática; e (h) participação em outras sociedades, como acionista ou cotista, no Brasil ou no exterior.

2 Principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras da Sociedade foram aprovadas para divulgação pela Diretoria e envio ao Conselho de Administração em 27 de março de 2019.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Sociedade, bem como a divulgação de informações sobre os dados de suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à avaliação do risco de crédito para determinação da redução do valor recuperável do contas a receber, à determinação da provisão para perdas em contingências cíveis, fiscais e trabalhistas, à determinação da vida útil dos bens do imobilizado e dos ativos intangíveis, da realização do imposto de renda e da contribuição social diferidas e ao “impairment” sobre o ativo imobilizado, intangível e ágio. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes

dos registrados nas demonstrações financeiras devido às probabilidades inerentes ao processo de estimativa. A Sociedade revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

2.4 Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Sociedade tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

2.5 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.7 Contas a receber

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, representadas pelos valores nominais dos títulos a receber de clientes por serviços prestados na área de informações de pessoas físicas e jurídicas. As reduções do valor recuperável do contas a receber, são constituídas com base na análise prospectiva dos riscos de realização dos créditos em montante considerado necessário e suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

2.8 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por provisão de crédito esperada acumuladas. A depreciação inicia-se quando os ativos estão prontos para o uso pretendido.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.9 Intangível

a. Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. Se a adquirente apurar deságio, este

deve ser reconhecido na demonstração do resultado, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente ou, com maior frequência, caso as circunstâncias indiquem que houve redução em seu valor recuperável, para verificar prováveis perdas (“impairment”), e contabilizado pelo seu valor de custo, menos as perdas acumuladas por “impairment”, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

b. Base de dados e programas de computador (softwares)

O intangível inclui gastos com aquisição de sistemas de computação e base de dados. Com respeito a aquisição de base de dados, estas são adquiridas principalmente de cartórios, para a formação de base de dados utilizadas em produtos oferecidos pela Sociedade a seus clientes e são capitalizadas pois a utilização destas informações gera benefícios econômicos futuros.

Estes ativos são amortizáveis pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 6, que levam em consideração a vida útil estimada desses ativos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Sociedade, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que esteja disponível para uso ou venda.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados.
- Recursos técnicos e financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 6.

2.10 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.11 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, representados por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. São mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

2.12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São passivos financeiros mensurados e reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e, subsequentemente, demonstrado pelo custo amortizado (acrescido de encargos e juros pró-rata), considerando a taxa de juros efetiva de cada operação, ou pelo valor justo por meio do resultado. São classificados como circulante, a menos que a Sociedade tenha o direito incondicional de liquidar o passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do encerramento do exercício.

2.13 Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

As provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

2.14 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

A provisão para imposto de renda foi constituída com base na legislação fiscal vigente à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 (R\$20 por mês). A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais negativas correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa de IR e CSLL, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada exercício de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

2.15 Novas normas, alterações e interpretação de normas

A Sociedade adotou inicialmente o CPC48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e o CPC47/IFRS - 15 Receitas de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018, sem efeito material nas demonstrações financeiras.

a. CPC48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros:

O CPC48/IFRS 9 simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado (“VJR”); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. No que diz respeito ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve mudanças significativas em relação aos critérios atuais, exceto pelo reconhecimento de mudanças no risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

No quadro abaixo, demonstramos a mudança para a Sociedade quanto à classificação de seus ativos e passivos financeiros, a partir dos requisitos do CPC48/IFRS 9:

| Ativo / Passivo Financeiro | Classificação anterior | Classificação IFRS 9 |
|---|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | Valor justo por meio do resultado | Valor justo por meio do resultado |
| Contas a receber operacionais | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |
| Contas a receber com partes relacionadas | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |
| Fornecedores | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |
| Contas a pagar com partes relacionadas | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |
| Instrumentos financeiros - derivativos SWAP | Valor justo por meio do resultado | Valor justo por meio do resultado |
| Empréstimos e financiamentos | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |

O CPC48/IFRS 9 introduziu o modelo de perda de crédito esperado como novo modelo de perda por redução ao valor recuperável em ativos financeiros. Esse novo modelo exige que as perdas de crédito esperadas sejam registradas a partir do reconhecimento inicial do ativo financeiro. A aplicação dos novos requisitos não teve efeitos significativos no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente nas contas a receber de clientes.

A Sociedade ao estimar o percentual das perdas de crédito esperadas sobre a receita, considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas. Após a estimativa do percentual das perdas de crédito esperadas sobre a receita, a Sociedade não identificou efeitos significativos da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras, já que esse indicador já era acompanhado anteriormente à adoção da nova norma pela Sociedade.

Adicionalmente, a nova norma introduziu um modelo contábil novo e menos restritivo de hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge e que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco, além de modificar os critérios de documentação de relacionamentos de hedge. A Sociedade não identificou efeitos significativos da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras

A Sociedade decidiu aplicar a opção que permite não reapresentar os períodos comparativos a serem apresentados no ano da adoção inicial.

b. CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes:

O CPC 47/IFRS 15, estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Sociedade atua no ramo prestação de serviços de soluções creditícias que envolvem todo o ciclo de negócio de seus clientes, desde a prospecção até a recuperação de créditos por meio de vendas diretas ou pelo canal online. As soluções são vendidas individualmente em contratos separados, identificados com os clientes, ou agrupados como um pacote de serviços. No caso de pacotes de serviços, existem diferentes produtos contratados a qual classificamos como obrigação de desempenho. O preço e reconhecimento de cada obrigação de desempenho são alocados independentemente em relação à contraprestação do total do pacote, sendo reconhecida quando (ou assim que) a obrigação for satisfeita, ou seja, quando houve o consumo do produto contratado. O saldo remanescente ou não utilizado do pacote contratado é reconhecido quando não há mais direito de consumo pelo cliente, ou seja, se o saldo for mensal é alocado mensalmente e se for anual, a alocação do saldo remanescente é feito ao final dos 12 meses.

Direitos não exercidos de clientes

Por ocasião do recebimento de pré-pagamento de cliente, ou seja, o cliente contrata um volume anual e paga antecipadamente por todo o volume, é reconhecido um passivo de contrato no valor do pré-pagamento. A baixa do passivo de contrato e reconhecimento da receita ocorre quando do efetivo consumo do volume contratado, ou seja, quando há a transferência do controle do serviço. Vide nota explicativa nº 12.

2.16 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A nova IFRS emitida pelo IASB e ainda não em vigor corresponde a:

a. CPC 06(R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil:

A Sociedade deverá adotar o CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações

de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Sociedade avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- a Sociedade não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os sistemas de TI; e
- as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Sociedade apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

(i) Arrendamentos em que a Sociedade é um arrendatário

A Sociedade reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais relacionados ao aluguel do imóvel em que está situado. A natureza das despesas relacionadas aos aluguéis mudará porque a Sociedade reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Sociedade anteriormente reconhecia uma despesa linear de aluguel durante o prazo do contrato.

(ii) Transição

A Sociedade pretende aplicar o CPC 06(R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

3 Caixa e equivalentes de caixa

| | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa | 12 | 4 |
| Bancos conta movimento | 12.306 | 583 |
| Aplicações financeiras (*) | 105.767 | 51.498 |
| Total | 118.085 | 52.085 |

(*) Representam aplicações compromissadas e em fundos de renda fixa, com remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem risco de mudança significativa do valor e com liquidez imediata.

4 Contas a receber

| | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|--|-------------------|-------------------|
| Clientes por serviços de informações prestados | 98.521 | 90.870 |
| Provisão de crédito esperada | (2.732) | (2.904) |
| Total | 95.789 | 87.966 |

O “contas a receber” é um instrumento financeiro classificado como custo amortizado.

A composição dos saldos de contas a receber, por data de vencimento, está assim apresentada:

| | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|-----------------|-------------------|-------------------|
| A vencer | 87.746 | 80.277 |
| Vencidos: | | |
| Até 30 dias | 6.504 | 5.903 |
| De 31 a 60 dias | 1.211 | 1.731 |

Boa Vista Serviços S.A.
Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em
31 de dezembro de 2018 e 2017

| | | |
|-------------------|---------------|---------------|
| De 61 a 90 dias | 1.228 | 1.257 |
| De 91 a 120 dias | 606 | 494 |
| De 121 a 150 dias | 374 | 499 |
| De 151 a 180 dias | 431 | 432 |
| Acima de 181 dias | 421 | 277 |
| Total | <u>98.521</u> | <u>90.870</u> |

A movimentação do valor recuperável do contas a receber está assim apresentada:

| | |
|---------------------------------|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 2.821 |
| Constituição de provisão | 2.859 |
| Créditos baixados no exercício | <u>(2.776)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | <u>2.904</u> |
| Constituição de provisão | 2.613 |
| Créditos baixados no exercício | <u>(2.785)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | <u>2.732</u> |

5 Imobilizado

| | Taxa média anual - % | 31.12.2018 | | | 31.12.2017 |
|--------------------------------------|----------------------|---------------|----------------|---------------|---------------|
| | | Custo | Depreciação | Líquido | Líquido |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 10 | 3.892 | (664) | 3.228 | 3.508 |
| Máquinas e equipamentos | 10 | 1.214 | (558) | 656 | 789 |
| Instalações | 10 | 441 | (138) | 303 | 306 |
| Móveis e utensílios | 10 | 1.913 | (1.046) | 867 | 1.028 |
| Equipamento de informática | 20 | 11.761 | (5.345) | 6.416 | 5.544 |
| Arrendamento de equipamentos | 20 | 1.881 | (1.349) | 532 | 908 |
| Total | | 21.102 | (9.100) | 12.002 | 12.083 |

As movimentações do imobilizado são as seguintes:

| | Saldos em 31 de dezembro de 2017 | Aquisições | Transferências | Baixas | Depreciações | Saldos em 31 de dezembro de 2018 |
|--------------------------------------|----------------------------------|--------------|----------------|----------|----------------|----------------------------------|
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 3.508 | 28 | - | - | (308) | 3.228 |
| Máquinas e equipamentos | 789 | 5 | - | - | (138) | 656 |
| Instalações | 306 | 41 | - | - | (44) | 303 |
| Móveis e utensílios | 1.028 | 30 | - | - | (191) | 867 |
| Equipamentos de informática | 5.544 | 3.028 | - | - | (2.156) | 6.416 |
| Arrendamento de equipamentos | 908 | - | - | - | (376) | 532 |
| Total | 12.083 | 3.132 | - | - | (3.213) | 12.002 |

6 Intangível

| | Taxa média anual de amortização - % | 31.12.2018 | | | 31.12.2017 |
|---|-------------------------------------|----------------|------------------|----------------|----------------|
| | | Custo | Amortização | Líquido | Líquido |
| Cartórios (a) | 20 | 587.340 | (270.546) | 316.794 | 306.305 |
| Juntas comerciais e ações cíveis (a) | 20 | 50.221 | (23.157) | 27.064 | 24.730 |
| Outras informações adquiridas (a) | 20 | 13.591 | (7.773) | 5.818 | 6.328 |
| Marcas, direitos, patentes e outros | - | 130 | - | 130 | 130 |
| Software | 20 | 27.534 | (15.615) | 11.919 | 10.888 |
| Arrendamento de softwares para o "mainframe" | 20 | 9.358 | (9.059) | 299 | 2.171 |
| Mão de obra | 20 | 25.297 | (11.305) | 13.992 | 12.087 |
| Ágio em combinação de negócios | - | 110.182 | - | 110.182 | 110.182 |
| Intangível identificado em combinação de negócios | 10 | 27.313 | (21.240) | 6.073 | 8.586 |
| Intangível em andamento | | 4.953 | - | 4.953 | 4.953 |
| Total | | 855.919 | (358.695) | 497.224 | 486.360 |

- (a) Refere-se a aquisições de informações para incremento e desenvolvimento de bancos de dados utilizados nas consultas dos serviços prestados pela Sociedade e que são capitalizados e amortizados dentro do período correspondente à utilização dessas informações. A base de mensuração da amortização é fundamentada no prazo legal de exibição das informações, de cinco anos, conforme o parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei nº 8.078 do Código de Defesa do Consumidor, de 11 de setembro de 1990.

As movimentações do intangível são as seguintes:

| | Saldo em 31 de dezembro de 2017 | Aquisição | Transferências | Baixas | Amortizações | Saldo em 31 de dezembro de 2018 |
|--|---------------------------------------|----------------|----------------|----------|------------------|---------------------------------------|
| Cartórios | 306.305 | 121.456 | - | - | (110.967) | 316.794 |
| Juntas comerciais e ações cíveis | 24.730 | 11.856 | - | - | (9.522) | 27.064 |
| Outras informações adquiridas | 6.328 | 1.994 | - | - | (2.504) | 5.818 |
| Marcas, direitos, patentes e outros | 130 | - | - | - | - | 130 |
| Software | 10.888 | 6.279 | - | - | (5.248) | 11.919 |
| Arrendamento de softwares | 2.171 | - | - | - | (1.872) | 299 |
| Mão de obra | 12.087 | 6.324 | - | - | (4.419) | 13.992 |
| Ágio em combinação de negócios | 110.182 | - | - | - | - | 110.182 |
| Intangível identificado em combinação de negócios | 8.586 | - | - | - | (2.513) | 6.073 |
| Intangível em andamento | 4.953 | - | - | - | - | 4.953 |
| Total | 486.360 | 147.909 | - | - | (137.045) | 497.224 |

7 Fornecedores

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$39.394 (R\$54.194 em 31 de dezembro de 2017), refere-se à aquisição de serviços relacionados às atividades normais da Sociedade, tais como aquisição de bens, serviços de postagem de correspondências, manutenção de software e hardware e consultorias diversas, entre outros. A conta de fornecedores é um instrumento financeiro classificado como custo amortizado.

8 Empréstimos e financiamentos

| Modalidade | Data da contratação | Encargos | 2018 | 2017 |
|---|------------------------|--|---------------|---------------|
| Banco Nacional Desenvolvimento Social (a) | 2015 | Selic + 3,15% a.a. - TJLP + 3,95% a.a. | 14.039 | 19.497 |
| Capital de Giro (b) | 2017/2018 | CDI + 6,3% a.a. | 61.497 | 71.288 |
| Total | | | 75.536 | 90.785 |
| Passivo circulante | | | 42.271 | 40.222 |
| Passivo não circulante | | | 33.265 | 50.563 |

- (a) Em 3 de março de 2014 foi aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES linha de crédito no valor de R\$ 36.175 para investimentos em renovação tecnológica e operacional, através do programa BNDES Prosoft. Referida operação possui prazo de 72 meses, sendo que 24 meses para carência e na sequência 48 parcelas mensais. Em 19 de junho de 2015 foi disponibilizado o crédito no montante de R\$10.484, em 16 de maio de 2016 foi disponibilizado o crédito no montante de R\$12.001. Devido à revisão do projeto inicialmente aprovado, a Sociedade não desembolsou o saldo restante da linha de crédito.
- (b) Não há cláusula de “covenants” financeiros e cessão de garantia. Foram cedidos direitos creditórios de clientes em garantia à algumas linhas. Encargos divulgados por média ponderada.

O saldo do não circulante em 31 de dezembro de 2018 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

| Ano | Valores |
|------------|----------------|
| 2020 | 22.534 |
| 2021 | 7.903 |
| 2022 | 2.828 |
| Total | <u>33.265</u> |

A movimentação dos empréstimos é assim representada:

| | |
|------------------------|----------|
| Saldo em 31/12/2017 | 90.785 |
| Novas contratações | 40.626 |
| Pagamento de principal | (58.582) |
| Pagamentos juros | (9.586) |
| Juros provisionados | 11.281 |
| Custos provisionados | 1.012 |
| Saldo em 31/12/2018 | 75.536 |

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade possui instrumento financeiro designado como instrumento de “hedge” para proteção de possíveis oscilações decorrentes de variação cambial sobre empréstimo em moeda estrangeira de capital de giro. Os detalhes da modalidade estão descritos na nota explicativa nº 20.

Os empréstimos e financiamentos são instrumentos financeiros classificados como custo amortizado.

9 Debêntures

As debêntures emitidas estão compostas da seguinte forma:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Debêntures | 190.000 | 142.500 |
| (-) Custo com debêntures a apropriar | (3.659) | (2.657) |
| Juros sobre debêntures | <u>445</u> | <u>6.181</u> |
| Total | <u>186.786</u> | <u>146.024</u> |
| Circulante | - | 52.780 |
| Não circulante | 186.786 | 93.244 |

Em 5 de dezembro de 2018, o Conselho da Administração da Sociedade aprovou a realização da 3ª emissão de debêntures simples da Sociedade, não conversíveis em ações, em série única, de 190.000 debêntures, todas escriturais, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1 e valor total da emissão de R\$190.000.

O valor principal será pago em 12 parcelas trimestrais a partir de janeiro de 2020, e os juros são pagos trimestralmente a partir de janeiro de 2019.

As debêntures mencionadas acima foram remuneradas a taxa correspondente a 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (“taxa DI”), acrescida de:

- (i) 3,70% ao ano, na hipótese da Dívida Financeira Líquida (conforme definido na Escritura de Emissão) da Sociedade for igual ou superior a R\$ 140.000;
- (ii) 3,35% ao ano, na hipótese da Dívida Financeira Líquida da Sociedade for inferior a R\$140.000 e igual ou superior a R\$100.000; ou
- (iii) 3,00% ao ano, na hipótese da Dívida Financeira Líquida da Sociedade for inferior a R\$100.000.

Em 20 de dezembro de 2018 a Companhia efetuou o resgate antecipado da totalidade da 1ª e 2ª emissões em aberto. As debêntures objeto do resgate antecipado foram canceladas pela Companhia:

| Emissão | Data de emissão | Qtde emitida | Valor emissão | Remuneração |
|------------------------|------------------------|---------------------|----------------------|-----------------------|
| 1ª emissão | Fev/2014 | 7.500 | 75.000 | 100% CDI + 4,00% a.a. |
| 2ª emissão -1ª tranche | Set/2015 | 50.000 | 50.000 | 100% CDI + 4,00% a.a. |
| 2ª emissão -2ª tranche | Jan/2016 | 30.000 | 30.000 | 100% CDI + 4,00% a.a. |

A movimentação das debêntures é assim representada:

| | |
|---|-----------|
| Saldo em 31/12/2017 | 146.024 |
| Captações – 3ª emissão | 190.000 |
| Pagamentos juros | (18.306) |
| Pagamentos de principal – 1ª e 2ª emissão | (142.500) |
| Juros provisionados | 12.571 |
| Custos pagos | (3.659) |
| Custos apropriados | 2.657 |
| Saldo em 31/12/2018 | 186.786 |

O saldo do não circulante das debêntures em 31 de dezembro de 2018 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

| Ano | Valores |
|----------------------|----------------|
| 2020 | 63.333 |
| 2021 | 63.333 |
| 2022 | 63.334 |
| Total | 190.000 |
| Comissão a apropriar | (3.214) |
| Saldo em 31/12/2018 | 186.786 |

3ª emissão - “covenants”

As obrigações da Sociedade com relação à 3ª emissão de debêntures são garantidas nos termos do Instrumento Particular de Escritura da Emissão de Debêntures Simples celebrado entre a Sociedade e Agente Fiduciário.

A Sociedade será obrigada a realizar uma oferta de resgate antecipado, a todos os debenturistas, caso descumpra, o índice financeiro determinado contratualmente:

- (i) 2018: Dívida Líquida/“EBITDA Ajustado” < 2,75x
- (ii) 2019: Dívida Líquida/“EBITDA Ajustado” < 2,00x sem a aprovação do projeto do Cadastro Positivo (nota explicativa nº 24) ou; Dívida Líquida/“EBITDA Ajustado” < 3,00x com a aprovação do projeto do Cadastro Positivo (nota explicativa nº 24)

- (iii) 2020: Dívida Líquida/"EBITDA Ajustado" < 1,50x
- (iv) 2021: Dívida Líquida/"EBITDA Ajustado" < 1,00x.

"EBITDA Ajustado": (+/-) Lucro/Prejuízo Líquido; (+/-) Despesa/Receita Financeira Líquida; (+) Provisão para IRPJ e CSLL; (-) Capex Compra de Dados; (+) Depreciações, Amortizações e Exaustões; (+/-) Resultado Não Operacional; (+/-) Perdas/Lucros resultantes de Equivalência Patrimonial (ou Dividendos Recebidos); (+) participação de acionistas minoritários.

Em 31 de dezembro de 2018 a Sociedade atendeu ao covenant da operação listada acima.

A Sociedade está proibida à concessão de mútuos a qualquer outra sociedade, integrante ou não do mesmo grupo econômico a que pertence a Emissora, em valor individual ou agregado superior a R\$5.000.

A Sociedade estará desobrigada da realização de resgate antecipado caso os debenturistas representados por 90% das debêntures totais autorizem em Assembleia a não realização do resgate antecipado.

As debêntures são instrumentos financeiros classificados como custo amortizado.

10 Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais

| | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---------------|---------------|
| Provisão para férias e encargos sobre férias | 8.451 | 8.360 |
| Programa de participação nos resultados - PPR | 13.895 | 11.499 |
| Encargos sociais | 2.314 | 2.453 |
| Outros | 614 | 1.694 |
| Total | 25.274 | 24.006 |

11 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com os acionistas da Sociedade, as quais foram realizadas em preços de mercado, e são como segue:

| | | Balanco Patrimonial - Ativo | | | |
|--|-----|-----------------------------|------------------|------------|------------------|
| | | 31.12.2018 | | 31.12.2017 | |
| | | Natureza | Contas a receber | Outros | Contas a receber |
| Empresa | | | | | |
| Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro | (a) | - | - | 529 | 14 |

| | | Balanco Patrimonial - Passivo | | | |
|-----------------------------------|-----|-------------------------------|--------------|------------|--------------|
| | | 31.12.2018 | | 31.12.2017 | |
| | | Natureza | Fornecedores | Outros | Fornecedores |
| Empresa | | | | | |
| Associação Comercial de São Paulo | (b) | 1.720 | - | 2.412 | - |

| Empresa | Natureza | Demonstração dos Resultados | | | |
|--|----------|------------------------------------|------------------------------|--------------------------------|------------------------------|
| | | 31.12.2018 | | 31.12.2017 | |
| | | Receita operacional | Custos e despesas | Receita operacional | Custos e despesas |
| Câmara dos Dirigentes Lojistas de Porto Alegre | (c) | 6.093 | - | 5.054 | - |
| Associação Comercial do Paraná | (c) | 4.636 | - | 5.201 | - |
| Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro | (c) | 1.896 | - | 1.505 | - |
| Associação Comercial de São Paulo | (b) | - | 2.082 | - | 1.438 |
| Total | | 12.625 | 2.082 | 11.760 | 1.438 |

- (a) Refere-se ao contrato de mútuo firmado em novembro de 2016 para pagamento em 4 parcelas semestrais com início em maio de 2017, com encargos financeiros calculados pela variação do CDI acrescido de 2,35% ao ano.
- (b) Refere-se ao rateio de despesas gerais de ocupação dos andares em que a Sociedade se encontra, cujas instalações pertencem à Associação Comercial de São Paulo.
- (c) Refere-se a prestação de serviços de consulta de dados aos Acionistas

11.1 Remuneração dos Administradores

Em 31 de dezembro de 2018, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros e assistência médica), contabilizados na rubrica “Despesas administrativas e gerais”.

Anualmente, na Assembléia Geral Ordinária, são fixados o montante global da remuneração dos Administradores e remuneração dos Conselheiros, conforme o Estatudo Social da Sociedade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os gastos foram de R\$4.339 (R\$4.531 em 2017).

12 Adiantamento de clientes

O saldo de adiantamento de clientes em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$15.742 (R\$3.929 em 31 de dezembro de 2017), refere-se à contratos de clientes a qual o serviço não foi prestado. A receita desses contratos será reconhecida à medida que o serviço/consumo dos produtos contratados for realizado.

13 Provisão para contingências

A Sociedade está envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para eventuais perdas decorrentes desses processos é estimada pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos em decorrência desses processos.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

| | Cíveis | Fiscais | Trabalhistas | Total |
|---------------------------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 4.091 | 9.307 | 2.218 | 15.616 |
| Adições | 4.207 | 5.140 | 1.584 | 10.931 |
| Reversões | <u>(4.905)</u> | <u>-</u> | <u>(1.434)</u> | <u>(6.339)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | <u>3.393</u> | <u>14.447</u> | <u>2.368</u> | <u>20.208</u> |

As ações cíveis, em sua maior parte, são decorrentes de processos levantados contra a Sociedade nos Estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, requerendo indenizações por danos morais em face da dificuldade de comprovação de envio de notificação prévia pela Sociedade.

Por meio do histórico de processos encerrados, foram apurados os percentuais de procedência, procedência em parte e improcedência dos processos do Juizado Especial e da Justiça Comum e foi calculado o valor médio pago nos processos procedentes e procedentes em parte. A provisão cível apurada é o resultado da estimativa de processos que representam a perda provável da carteira.

A contingência fiscal é decorrente, substancialmente, de liminar referente a suspensão da inclusão de ISS da base de cálculo de PIS e da COFINS no montante de R\$7.702, liminar referente a suspensão de inclusão de verbas de natureza indenizatória da base de cálculo da contribuição previdenciária (INSS) no montante de R\$3.691, mandado de segurança referente a dedutibilidade das contribuições ao SEBRAE, INCRA e FNDE no montante de R\$2.311 e outros no montante de R\$743.

A Sociedade está envolvida em outros processos judiciais de natureza trabalhista no montante de R\$1.640 (R\$6.325 em 31 de dezembro de 2017), cuja estimativa de perda foi considerada "possível" na opinião de seus consultores jurídicos e, portanto, não foram provisionados em 31 de dezembro de 2018.

Em razão de auto de infração, lavrado pela Receita Federal do Brasil em dezembro de 2015, a Sociedade discute a amortização do ágio de incorporação originado do acervo patrimonial vertido da aquisição da Equifax do Brasil Ltda. (R\$25.392) e amortização de base de dados originado do acervo patrimonial vertido pelo aumento de capital integralizado pela Associação Comercial de São Paulo (R\$16.069). O valor atualizado do auto de infração é de R\$ 41.461. A Sociedade apresentou impugnação dentro do prazo legal, foi avaliado pela Delegacia de Julgamento correspondente, que julgou procedente na parte da base de dados adquirido pela Associação Comercial de São Paulo. Atualmente está aguardando julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. A probabilidade de êxito da discussão é considerada "possível" pelos advogados responsáveis e, por esse motivo, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social subscrito e totalmente integralizado, no montante de R\$202.129, é representado por 124.536 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A Sociedade está autorizada a aumentar o capital social, sem necessidade de alteração do Estatuto Social, até o limite de 320.000 (trezentas e vinte mil) ações, ordinárias e/ou preferenciais.

A composição do capital social da Sociedade é a seguinte:

| Acionistas | Capital Social | % |
|---|-----------------------|---------------|
| Associação Comercial de São Paulo - ACSP | 105.032 | 51,96 |
| Bureau de Crédito do Brasil Participações S.A. | 60.748 | 30,06 |
| Equifax Holdings do Brasil Ltda. | 28.644 | 14,17 |
| Associação Comercial do Paraná, Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro e Câmara dos Dirigentes Lojistas de Porto Alegre | 7.705 | 3,81 |
| Total | 202.129 | 100,00 |

b. Reservas de capital

Reserva de bônus de subscrição

Em AGE realizada em 23 de setembro de 2016, a Sociedade foi autorizada a emitir Bônus de Subscrição aos Acionistas que aderiram ao aumento de capital aprovado na RCA realizada em 25 de agosto de 2016, na quantidade máxima de um Bônus por Acionista, representando cada Bônus, por sua vez, no máximo duas vezes a quantidade de ações ali subscritas. Estas novas ações, caso subscritas em decorrência dos Bônus, serão ordinárias, nominativas, sem valor nominal e com direitos idênticos aos das ações existentes. Esses Bônus poderão ser exercidos, parcial ou totalmente, pelo mesmo preço do referido Aumento de Capital corrigidos pelo IPCA até a data da integralização, com prazo máximo de exercício de quatro anos da respectiva emissão.

c. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

Retenção de lucros

Os lucros remanescentes, após a constituição da reserva legal e destinação do dividendo mínimo obrigatório, são mantidos na rubrica “Retenção de lucros” à disposição da Assembleia Geral, para sua destinação.

d. Dividendo mínimo obrigatório

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Sociedades por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que serão deliberadas em Assembleia. O dividendo mínimo proposto é conforme segue:

| | |
|---|-------------------|
| | 31.12.2018 |
| Lucro líquido do exercício | 47.092 |
| Reserva legal - 5% | (2.355) |
| Base de cálculo para dividendos | <u>44.737</u> |
| Proposta de dividendos (mínimo obrigatório - 25%) | <u>(11.184)</u> |

| | |
|---|----------|
| Estorno de dividendo mínimo obrigatório- 2017 | 311 |
| Dividendos – movimentação no patrimônio líquido | (10.873) |

15 Impostos de renda e contribuição social

a. Tributos diferidos

| | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|------------|------------|
| Diferenças temporárias - provisões diversas (i) | 58.506 | 54.118 |
| Arrendamento mercantil financeiro | (832) | (2.678) |
| Prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ | 31.508 | 53.553 |
| Base de cálculo IRPJ | 89.182 | 104.993 |
| | | |
| Diferenças temporárias - provisões diversas (i) | 58.506 | 54.118 |
| Arrendamento mercantil financeiro | (832) | (2.678) |
| Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL | 31.968 | 53.862 |
| | | |
| Base de cálculo CSLL | 89.642 | 105.302 |
| | | |
| Alíquota vigente | 34% | 34% |
| | | |
| Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos | 30.363 | 35.725 |
| Impostos de renda e contribuição social diferidos passivos (ii) | (3.394) | (4.417) |

- (i) Refere-se a provisões para comunicação, eletricidade, água, despesas prediais, PPR, provisão para créditos de liquidação duvidosa, serviços prestados, repasses, encargos trabalhistas e benefícios a funcionários.
- (ii) Refere-se, substancialmente, ao imposto de renda e à contribuição social diferidos passivos sobre os ativos intangíveis identificáveis adquiridos na combinação de negócios com a Equifax do Brasil Ltda e contraprestações de leasing.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Esse estudo demonstra a expectativa de realização do crédito tributário em 3 anos conforme abaixo:

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|-------|--------|-------|
| Expectativa de realização do crédito tributário | 7.869 | 14.173 | 8.321 |

b. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como segue:

| | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|--|------------|------------|
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 68.254 | 26.192 |
| Alíquota vigente | 34% | 34% |

| | | |
|---|----------|---------|
| Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a alíquota vigente | (23.206) | (8.905) |
| Diferenças permanentes | 1.216 | 2.103 |
| Outros | 828 | (2.202) |
| | (21.162) | (9.004) |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício | (21.162) | (9.004) |

16 Receita líquida de serviços

| | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|------------|------------|
| Receita bruta de serviços (a) | 694.099 | 683.944 |
| Cancelamentos de faturamentos | (16.589) | (21.570) |
| Impostos sobre serviços - PIS, COFINS e ISSQN | (76.724) | (72.949) |
| | 600.786 | 589.425 |
| Total | 600.786 | 589.425 |

- (a) Os principais serviços prestados são produtos, cartas e consultas para suporte às atividades creditícia e de proteção ao crédito, incluindo consultoria, desenvolvimento de sistemas e projetos e elaboração e venda de pesquisas, e desenvolvimento e exploração comercial de soluções de meios de pagamento em geral.

17 Custos, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas por natureza

Abaixo apresentamos os saldos de custos, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas conforme classificado na composição do resultado do exercício:

| | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|-----------------------------------|------------|------------|
| Classificados como: | | |
| Custo dos serviços prestados | (351.678) | (372.223) |
| Despesas com vendas | (60.175) | (75.813) |
| Despesas gerais e administrativas | (94.634) | (82.612) |
| | (506.487) | (530.648) |
| | (506.487) | (530.648) |

Abaixo apresentamos a abertura analítica por natureza:

| | 31.12.2018 | | | | 31.12.2017 | | | |
|---------|------------------------------|----------|--------------------------|-----------|------------------------------|----------|--------------------------|-----------|
| | Custo dos serviços prestados | Vendas | Gerais e administrativas | Total | Custo dos serviços prestados | Vendas | Gerais e administrativas | Total |
| Pessoal | (42.243) | (30.412) | (49.946) | (122.601) | (41.351) | (33.868) | (45.142) | (120.361) |

Boa Vista Serviços S.A.
Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em
31 de dezembro de 2018 e 2017

| | | | | | | | | |
|-------------------------------------|------------------|-----------------|-----------------|------------------|------------------|-----------------|-----------------|------------------|
| Cartas - Impressão & Postagem | (97.112) | - | - | (97.112) | (149.786) | - | - | (149.786) |
| Prestação de Serviços | (37.874) | (973) | (4.145) | (42.992) | (15.005) | (1.254) | (4.667) | (20.926) |
| Manutenção | (29.214) | (1.594) | (1.061) | (31.869) | (27.913) | (957) | (1.992) | (30.862) |
| Legais | - | - | (14.007) | (14.007) | - | (3) | (11.138) | (11.141) |
| Remuneração Entidades | - | (12.336) | - | (12.336) | - | (15.328) | - | (15.328) |
| Prediais & Utilidades | (2.827) | (1.639) | (4.814) | (9.280) | (2.556) | (2.006) | (5.759) | (10.321) |
| Consultoria, Auditoria e Assessoria | (390) | (52) | (5.931) | (6.373) | (258) | (49) | (2.653) | (2.960) |
| Comissão Represen. e Parceiros | - | (5.532) | - | (5.532) | - | (12.552) | - | (12.552) |
| Telefone | (3.345) | (330) | (56) | (3.731) | (2.876) | (400) | (138) | (3.414) |
| Televendas | 180 | (3.187) | (97) | (3.104) | - | (4.338) | - | (4.338) |
| Outros Custos Variáveis | (2.987) | - | - | (2.987) | (2.995) | - | - | (2.995) |
| Propaganda & Promoção | (89) | (1.396) | (1.111) | (2.596) | (55) | (2.280) | (513) | (2.848) |
| Viagem, Locomoção e Diárias | (157) | (1.884) | (441) | (2.482) | (150) | (2.039) | (358) | (2.547) |
| Base de Dados | (1.504) | - | - | (1.504) | (2.188) | - | - | (2.188) |
| Call Center | (28) | - | (1.286) | (1.314) | (4) | - | (1.371) | (1.375) |
| Eventos | - | (748) | (228) | (976) | - | (600) | (179) | (779) |
| Material Consumo e Escritório | (98) | (55) | (356) | (509) | (157) | (69) | (321) | (547) |
| Prestadores de Serviços de Suporte | (58) | - | - | (58) | (3.938) | - | - | (3.938) |
| Outros | 1.115 | (37) | (3.961) | (2.883) | 691 | (70) | (267) | 354 |
| Provisão de crédito esperada | - | - | (2.613) | (2.613) | - | - | (2.858) | (2.858) |
| Depreciação & Amortização | (135.047) | - | (4.581) | (139.628) | (123.682) | - | (5.256) | (128.938) |
| Total | (351.678) | (60.175) | (94.634) | (506.487) | (372.223) | (75.813) | (82.612) | (530.648) |

18 Resultado Financeiro

| | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|-----------------|-----------------|
| Receitas financeiras: | | |
| Juros e multas | 2.323 | 1.091 |
| Rendimentos sobre aplicações | 1.997 | 609 |
| | <u>4.320</u> | <u>1.700</u> |
| Despesas financeiras: | | |
| Juros e multas passivos | (2.552) | (5.192) |
| Com arrendamento mercantil | - | (751) |
| Encargos financeiros sobre empréstimo - conta garantida | (12.586) | (8.247) |
| Encargos financeiros sobre debêntures | (15.227) | (20.095) |
| | <u>(30.365)</u> | <u>(34.285)</u> |
| Total | <u>(26.045)</u> | <u>(32.585)</u> |

19 Lucro por ação básico e diluído

Básico

Calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias como segue:

31.12.2018 31.12.2017

| | | |
|---|---------|---------|
| Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Sociedade e utilizado na apuração do lucro líquido básico por ação | 47.092 | 17.188 |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro líquido básico por ação | 124.536 | 124.536 |
| Lucro líquido básico por ação - R\$ | 378,14 | 138,02 |

Diluído

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro diluído por ação é conciliada com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro líquido básico por ação, como segue:

| | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|--|-------------------|-------------------|
| Lucro utilizado na apuração do lucro diluído por ação | 47.092 | 17.188 |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro líquido básico por ação | 124.536 | 124.536 |
| Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção com base em ações | 5.148 | 5.148 |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação | 129.684 | 129.684 |
| Lucro por ação diluído - R\$ | 363,13 | 132,54 |

20 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Sociedade possui instrumentos financeiros cujos valores justos das operações ativas e passivas não diferem substancialmente daqueles reconhecidos nas demonstrações financeiras, tendo em vista sua natureza de curto prazo, sendo eles aplicações financeiras, contas a receber, depósitos judiciais, saldos com partes relacionadas, arrendamento financeiro e fornecedores. Os saldos contábeis destes instrumentos financeiros já estão divulgados nas respectivas notas explicativas.

Os principais riscos são os seguintes:

Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados aos clientes. O saldo a receber de clientes é denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. A Administração da Sociedade monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante análise de crédito dos clientes e provisão de crédito esperada do contas a receber.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Sociedade não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos, em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Sociedade é monitorado diariamente para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessário, sejam suficientes para manutenção do seu cronograma de compromissos, mitigando, assim, os riscos de liquidez para a Sociedade.

Dentre as alternativas para mitigação do risco de liquidez, estão: captação de recursos junto a terceiros com vencimento de longo prazo, reestruturação de dívidas e, se necessário, a obtenção de recursos adicionais de acionistas.

A tabela a seguir mostra o prazo de vencimento contratual restante dos ativos e passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais:

| | Ativos Financeiros | | Passivos Financeiros | | |
|--------------|--------------------------------------|-------------------------|-----------------------------|-------------------|-------------------------------------|
| | Caixa e equivalentes de caixa | Contas a receber | Fornecedores | Debêntures | Empréstimos e Financiamentos |
| 2019 | 118.085 | 95.789 | 39.394 | - | 42.271 |
| 2020 | - | - | - | 63.333 | 22.534 |
| 2021 | - | - | - | 63.333 | 7.903 |
| 2022 | - | - | - | 63.334 | 2.828 |
| Total | 118.085 | 95.789 | 39.394 | 190.000 | 75.536 |

Risco do mercado

Decorre da possibilidade de a Sociedade estar sujeita aos ganhos ou às perdas de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca manter seus ativos e passivos financeiros com os mesmos indexadores.

“Hedge” de valor justo por meio do resultado

A Sociedade contratou derivativo para proteger fluxos de caixa de variação cambial para uma operação de empréstimos de capital de giro em dólares americanos no valor de US\$5.856 equivalente a R\$20.000 em 24 de abril de 2018. A ponta ativa (contas a receber da Sociedade) do “*swap*” é remunerada ao dólar (D-1) mais 7,41% a.a. e a ponta passiva é remunerada à 100% da taxa média diária de juros do DI mais juros de 4,91% a.a.. Assim, em 31 de dezembro de 2018 a Sociedade permanece exposta somente à ponta passiva do “*swap*” e elimina todo o risco do mercado externo. Esse derivativo é o único ativo e passivo financeiro em mercado externo.

Em 31 de dezembro de 2018, a posição individual do contrato de “*swap*” é a seguinte:

| Vencimento da operação | Valorização | | | Valor justo (mercado) |
|-------------------------------|---------------------|--------------------|----------------------|--------------------------------|
| | Nacional R\$ | Ponta ativa | Ponta passiva | Valor a receber/(pagar) |
| 22/04/2019 | 20.000 | 2.218 | 2.244 | (26) |

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Sociedade consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Sociedade revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas

estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

O valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima do contábil e a Sociedade não está apresentando a análise de sensibilidade em função de que não há riscos de mercado significativos em seus instrumentos.

21 Benefícios a funcionários

A Sociedade oferece a seus funcionários benefícios de complementação de aposentadoria, chamado Boa Vista Prev, administrado pela Bradesco Vida e Previdência, implementado a partir de 1º de novembro de 2011. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas. Em função das alterações do plano em 2015, não houve necessidade de pagamentos no período de 2018 e 2017.

22 Cobertura de seguros

A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade possuía apólices de seguro com indenização máxima prevista de R\$134.325 (R\$184.857 em 31 de dezembro de 2017), para cobertura de danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, incêndio e roubos e furtos qualificados de bens.

23 Plano de opção com base em ações

Por meio de AGE realizada em 29 de fevereiro de 2012, foi aprovado um plano de opção de compra de ações da Sociedade, por meio do qual foi outorgada aos administradores, e funcionários em posição de comando (beneficiários) a possibilidade de aquisição de ações da Sociedade, observadas determinadas condições (“Plano de Opção”).

O Plano de Opção, que é administrado pelo Comitê Executivo da Sociedade, objetiva estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Sociedade.

As ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Plano de Opção não excederão 10% do capital social total da Sociedade, desde que o número de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano de Opção esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Sociedade.

O preço de exercício das opções é o valor justo de mercado das ações a serem adquiridas, conforme determinado pelo Comitê Executivo da Sociedade, e a metodologia utilizada para determinar o valor presente (da perspectiva de “trader” da opção), associado ao direito de adquirir uma ação a um preço prefixado durante um período preestabelecido, é a Black-Scholes-Merton, que considera que a volatilidade das ações, a taxa livre de risco e a taxa de dividendos permanecem constantes ao longo do tempo.

Características do plano de opção:

- Concessão - início em 2012, antes do evento de liquidez.
- Preço do exercício - R\$ 8.800,00 corrigido pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.
- Elegíveis - principais executivos e pessoas chave.
- Total de ações do plano = 5.148.
- Período de “vesting”:
 - 1º ano Aquisição de 5% dos direitos
 - 2º ano Aquisição de 10% dos direitos
 - 3º ano Aquisição de 15% dos direitos
 - 4º ano Aquisição de 20% dos direitos
 - 5º ano Aquisição de 25% dos direitos
 - 6º ano Aquisição de 25% dos direitos

Em 31 de dezembro de 2018, a empresa possuía registrado em seu passivo o montante de R\$3.796(R\$3.406 em 31 de dezembro de 2017).

24 Transações não envolvendo caixa

A Sociedade realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa. Portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

| | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|-------------------|-------------------|
| Aquisição de intangíveis e imobilizado - fornecedores a pagar | 2.295 | 6.358 |
| Proposta de dividendos (mínimo obrigatório) | (11.184) | (311) |

25 Eventos subsequentes

“Projeto de Lei Parlamentar 441/2017 – Cadastro Positivo – Opt In Automático

Rapidamente após sua aprovação na Câmara dos Deputados, em 13 de março de 2019, o Senado aprovou o PLP 54/19, que tinha por objetivo alterar a Lei 12.414/11 e a Lei Complementar 105/01, ampliando o acesso do consumidores ao Cadastro Positivo. Sua principal inovação é a abertura automática do cadastro dos consumidores, que devem ser comunicados de sua inclusão em até

30 (trinta) dias contados de referida abertura de cadastro. Aqueles consumidores que não quiserem participar deverão solicitar sua exclusão aos gestores dos bancos de dados.

Espera-se com a aprovação do PLP, uma inclusão de aproximadamente 120 milhões de pessoas no cadastro de informações de adimplimento, permitindo a inclusão financeira de mais de 20 milhões de consumidores que atualmente não têm acesso à crédito, pois não têm histórico de financiamentos ou empréstimos.

Além disso, esperam-se juros mais adequados para cada perfil de consumidor, já que informações mais precisas permitem uma avaliação mais justa, e a prevenção ao superendividamento, pois a autoconsulta permitirá ao consumidor ver suas obrigações de pagamento de forma centralizada, proporcionando um melhor controle de suas finanças pessoais e do uso consciente do crédito.

Além do benefício da inclusão financeira, a mudança na lei é um marco para o mercado, pois permitirá que os consumidores sejam avaliados pelas contas que pagam mensalmente, e não apenas pelas contas que deixam de pagar e que são incluídas nas bases de negativação dos birôs. Estas informações permitirão também análises mais justas e assertivas, identificando com maior precisão o bom e o mau pagador, viabilizando a redução das taxas de juros.

No modelo atual – adesão voluntária – os dados do histórico de crédito como pagamentos de contas e empréstimos ficam abertos a todas as pessoas que consultam a situação creditícia de um consumidor para concessão de crédito (lojas, bancos, financeiras, empresas de serviços públicos, etc). Com a nova lei, os dados visualizados pelos credores serão apenas notas ou pontuações de crédito e o detalhamento dos dados deverá ser autorizado pelo consumidor junto ao credor, no momento da análise do crédito.

Aprovada no Senado, a proposição foi encaminhada em 20 de março de 2019 para Sanção Presidencial e Publicação da Lei.